

Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá

Resumo

O presente artigo propõe reflexões a partir da atuação da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro, e sua trajetória de luta por moradia e por autogestão na habitação, especificamente na região de Jacarepaguá. O recorte apresentado busca analisar dois momentos distintos de atuação do referido movimento: uma primeira cooperativa habitacional construída na década de 1990, sem recursos públicos, e com efetivo apoio da paróquia local e a segunda cooperativa habitacional inaugurada em 2015, com financiamento do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV), em sua vertente denominada MCMV Entidades. Foi realizada uma etnografia junto ao movimento e aos sujeitos envolvidos entre 2014 e 2019, para realização de uma tese de doutorado, e posteriormente, a pesquisa prosseguiu a partir de um pós-doutorado realizado nos anos de 2020 e 2021. Foram realizadas entrevistas com base em roteiro semiestruturado. O objetivo do artigo é analisar os contextos sociopolíticos nos quais atua o movimento em questão, assim como os sujeitos envolvidos, no que concerne à luta por moradia. São ainda suscitadas reflexões sobre os desdobramentos destas lutas na contemporaneidade.

Palavras-chave: luta por moradia; UMP-RJ; autogestão na habitação; movimento popular; cooperativa habitacional.

**Geisa Elmokdisi Pedrosa
Bordenave**

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio. Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Brasil

geisabordenave@gmail.com
lattes.cnpq.br/1470918671519023
orcid.org/0000-0001-8607-9685

Para citar este artigo:

BORDENAVE, Geisa Elmokdisi Pedrosa. Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá. *PerCursos*, Florianópolis, v. 24, e0301, 2023.

<http://dx.doi.org/10.5965/19847246242023e0301>

Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

Housing cooperatives and struggle for housing in Rio de Janeiro: two self-managed experiences in Jacarepaguá

Abstract

The present article proposes reflections based on the actions of the Popular Housing Union of Rio de Janeiro, and its trajectory of struggle for housing and for self-management in housing, specifically in the Jacarepaguá region. The presented section seeks to analyze two distinct moments of the movement's performance: a first housing cooperative built in the 1990s, without public resources, and with effective support from the local parish, and the second housing cooperative inaugurated in 2015, with funding from the extinct federal program Minha Casa Minha Vida (MCMV), in its strand called MCMV Entidades. An ethnography was carried out with the movement and the subjects involved between 2014 and 2019, for a doctoral thesis, and later, the research continued from a post-doctorate conducted in 2020 and 2021. Interviews were conducted based on a semi-structured script. The objective of the article is to analyze the performance of the movement and the subjects involved in the context of the struggle for housing in the two moments mentioned above and the unfolding of these struggles in contemporary times.

Keywords: struggle for housing; UMP-RJ; housing self-management; popular movement; housing cooperative.

1 Introdução

A luta pelo direito à moradia no Brasil perpassa a discussão de direito à cidade composta por um heterogêneo grupo de movimentos populares que tem como horizonte a reforma urbana. O “direito à moradia” aparece atrelado à noção de “direito à cidade”, categoria amplamente utilizada tanto na academia quanto por movimentos sociais urbanos, e que surge na década de 1960 na obra de Henri Lefebvre, definido como uma “plataforma política a ser construída e conquistada pelas lutas populares contra a lógica capitalista de produção da cidade, que mercantiliza o espaço urbano e o transforma em uma engrenagem a serviço do capital” (Trindade, 2012, p. 78). Assim, a noção de direito à cidade aparece construída na academia e pelos movimentos populares como um direito, sobretudo, coletivo: seria um “desejo de mudar e reinventar a cidade”, e que depende de forma inevitável de um “poder coletivo sobre o processo de urbanização” (Harvey, 2014, p. 28).

O cooperativismo habitacional no Brasil, defendido por um grupo de movimentos no qual se insere a União por Moradia Popular – movimento nacional com ramificações em diversos estados¹ – carece de regulamentações. O cooperativismo, sem respaldo legislativo, se apoia na proposta de mutirão/autogestão como solução habitacional para as classes populares (Maricato, 1982). A concepção de autogestão na habitação, bastante cara ao movimento em questão, também não possui contornos formais no Brasil, embora tenha havido experiências numerosas de mutirões em São Paulo durante o governo de Luiza Erundina (1989-1992), o que resultou em movimento de luta por moradia bastante fortalecido na cidade em comparação a outras regiões do Brasil. Cabe destacar ainda que a autoconstrução se constitui como uma prática popular – não necessariamente organizada e com caráter coletivo (Feltran, 2010).

Os mutirões autogeridos do governo Erundina em São Paulo são considerados a “primeira geração de mutirões” no Brasil. Ainda hoje o movimento de moradia de São Paulo é citado pelas lideranças da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro como

¹ A União Nacional por Moradia Popular (UNMP) possui representação estadual no Amazonas, Alagoas, Bahia (UMP-BA), Goiás (UEMP-GO), Maranhão (UMP-MA), Minas Gerais (UEMP-MG), Pará (UNMP-PA), Paraná (UMP-PR), Paraíba (UNMP-PB), Pernambuco (UMP-PE), Rio de Janeiro (UMP-RJ), São Paulo (UMM-SP), Sergipe (UNMP-SE) e Tocantins (UMP-TO).

“mais forte e organizado”, e o motivo a que se atribui é o fato de terem tido apoio do governo do Partido dos Trabalhadores (PT) durante o fim da década de 1980 e início da década seguinte, colaborando para sua organização e consolidação (Santo Amore, 2004).

No Rio de Janeiro, a União por Moradia Popular surgiu e se consolidou nos anos de 1990, tendo como principal inspiração o cooperativismo uruguaio. Há, no entanto, profundas diferenças entre o modelo de cooperativismo uruguaio e as experiências de cooperativas habitacionais brasileiras. A cooperativa Esperança, assim chamada pelos moradores e pelo movimento envolvido em sua construção, localizada em Jacarepaguá e inaugurada em 2015, por exemplo, não pôde ser registrada formalmente como tal, mas sim como um condomínio. Apesar de financiada pelo Minha Casa Minha Vida (MCMV) Entidades – vertente do MCMV tradicional focada na autogestão, uma vez que a população organizada e representada por uma entidade recebe o recurso para construção –, os moldes contratuais tradicionais prevaleceram, obscurecendo a organização coletiva (Bordenave, 2019).

O presente artigo se baseia em etnografia realizada junto à União por Moradia Popular (UMP) entre 2015 e 2019, contando também com algumas reflexões desenvolvidas a partir de pesquisa de pós-doutorado realizado nos anos de 2020 e 2021 no Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). O objetivo central deste artigo foi analisar momentos distintos do movimento – através de duas cooperativas – e seus respectivos modos de atuação. As cooperativas em questão se localizam na região de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro: Shangri-lá, construída na década de 1990, sem intervenção estatal, e Esperança, construída em 2015 a partir de financiamento do MCMV Entidades.

Algumas questões são suscitadas para orientar este artigo. Uma mais geral, consiste em compreender como o movimento de moradia estudado se constitui e se inspira para almejar a construção de cooperativas habitacionais no Rio de Janeiro (e porque este modelo não tem se sustentado no Brasil). Uma segunda, mais específica do campo pesquisado, busca responder: o que a construção da Cooperativa Shangri-lá, na década de 1990, e a construção da Cooperativa Esperança, ao longo dos anos 2000, nos revelam sobre o movimento de moradia em questão e as dinâmicas sociais e estatais?

Na primeira seção foram suscitadas reflexões acerca das influências do cooperativismo uruguaio no movimento de luta por moradia em questão, analisando as categorias do mutirão e autogestão como centrais. Na segunda seção, foi trazida a discussão sobre a construção da cooperativa habitacional Shangri-lá e a consolidação da UMP no Rio de Janeiro. A terceira seção propõe tratar das diferenças entre o momento de construção de Shangri-lá e de Esperança, refletindo sobre a “nova forma” de construção de cooperativas habitacionais inaugurada pelo programa federal MCMV Entidades. A quarta seção se debruça especificamente sobre a construção desta cooperativa: Esperança, “fruto de 16 anos de muita luta”, conforme apontaram os interlocutores de pesquisa, moradores da cooperativa. Por fim, a quinta seção culmina nas reflexões acerca das dificuldades de organização dessa mesma cooperativa, que a despeito de sua trajetória a partir de intervenções diretas do Estado, permanece em busca de sua formalização jurídica, possibilitando, portanto, certa compreensão sobre os modos através dos quais o Estado opera junto às classes populares.

2 As influências do cooperativismo uruguaio: mutirão e autogestão

O cooperativismo habitacional no Uruguai se consolidou como uma modalidade de produção de moradias regulamentada desde a década de 1960. A Lei Nacional de Moradia contém um capítulo específico para tratar dessa questão e institui os três eixos fundamentais: “concessão de personalidade jurídica, terra e financiamento” (Ghilardi, 2017, p. 114). De acordo com Perazza (1978), entre a década de 1960 e o final da década de 1970 este modelo de produção habitacional passou a ser implementado no país em larga escala, muito embora o apoio estatal tenha diminuído significativamente durante o período em que ocorreu o golpe militar no Uruguai (1973-1985).

Uma das características centrais do modelo de cooperativismo habitacional uruguaio é a propriedade coletiva. Segundo representante da Federação Uruguaia de Cooperativas de Habitação por Ajuda Mútua (FUCVAM), é essa característica que permite que o modelo se “sustente ao longo do tempo”. Para as lideranças da União, a propriedade coletiva daria ao movimento a segurança de que as pessoas não venderão

suas casas posteriormente, e a própria possibilidade de venda das casas após sua construção é compreendida como um fortalecimento da lógica de mercado. No entanto, a propriedade coletiva se configura mais como uma ideologia defendida pelo movimento do que uma prática regulamentada e consolidada (Bordenave, 2019).

As categorias “mutirão e autogestão” se associam à noção de cooperativismo habitacional no Brasil, com inspiração na noção de “ajuda mútua” uruguaia, que também diz respeito à atuação autogestionária das populações. A ideia de mutirão diz respeito mais especificamente ao modo de execução das obras: as famílias se envolvem na construção como mão-de-obra, embora possa haver também utilização de mão-de-obra remunerada – que pode ser de um membro do grupo ou de algum agente externo. A autogestão diz respeito a todo o processo, e se associa à noção de que o grupo é responsável por sua própria gestão e que todas as decisões devem ser tomadas coletivamente, o que costuma ocorrer através de assembleias. É relevante mencionar que o processo autogestionário em cooperativas habitacionais, nem sempre acontece dessa forma. Muitas cooperativas construídas por autogestão contam com a contratação de construtoras e grandes escritórios. Há processos em que a população possui menos controle e acesso à gestão dos recursos envolvidos, e há casos que privilegiam o envolvimento dos futuros moradores durante todo o processo, e são, portanto, considerados como os casos “virtuosos” (Rizek; Bergamim; Barros, 2003).

Na década de 1990, quando se iniciou a construção de Shangri-lá, em Jacarepaguá, cooperativa da qual trataremos no próximo tópico, ocorreu um intercâmbio, promovido pela Fundação Bento Rubião² (que prestou assessoria técnica às cooperativas habitacionais de que trato neste artigo) e por uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) que teve importante papel na construção da cooperativa em Shangri-lá. É a partir dessa visita dos moradores de Shangri-lá, técnicos e apoiadores brasileiros às cooperativas habitacionais do Uruguai que se estabelece no Rio de Janeiro a UMP-RJ, associada à UNMP. Até os dias atuais, parte das lideranças da União no Rio de Janeiro são oriundas da

² A Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos Bento Rubião (FCDDHBR) foi fundada em 1986, e possui sede no centro da cidade do Rio de Janeiro. A Fundação foi criada com o intuito de dar continuidade a um trabalho iniciado pela Pastoral de Favelas da Arquidiocese do Rio de Janeiro, atuando no campo do direito à moradia, contra as remoções e pela regularização fundiária em favelas da cidade.

CEB citada anteriormente. Os discursos das lideranças da União no Rio de Janeiro são permeados pela noção de “criação de laços de solidariedade”, associados à “luta política” – constituindo uma espécie de “religião civil” (Bellah, 1985; Leite, 2003), sendo inclusive o processo de mutirão diversas vezes citado como um momento de construção de “laços” e de “cidadania”. Inspirada pelo modelo uruguaio, a UMP-RJ trilha seu próprio caminho, como veremos a seguir.

3 A construção de Shangri-lá e a consolidação da UMP-RJ

Aqui nós estamos em uma cooperativa dentro de uma favela. Shangri-lá é uma cooperativa dentro de uma favela, e Shangri-lá é a mãe de todas as outras cooperativas. Lá atrás quando o pessoal da Igreja propôs uma transformação da vida das pessoas, eu não entendi direito. Fiquei desconfiada. Pensava: ‘o que eles estão querendo?’. A gente morava em barraco. Pagava aluguel e morava em barraco. Quando meu filho foi diagnosticado com tuberculose por causa das péssimas condições da nossa moradia... Aí eu repensei a minha vida, decidi acreditar nessa mudança e me mobilizar. [...] o pessoal da alvenaria chamava a gente de favelado. Agora o povo daqui é que chama os outros de favelados, mas a gente tenta fazer a união da comunidade.³

Entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000 ocorreu a construção da Cooperativa Habitacional Shangri-lá, situada no interior da favela Jardim Shangri-lá, no bairro da Taquara. De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a favela Jardim Shangri-lá contava com 260 domicílios particulares e 835 habitantes. A cooperativa, construída através do regime de mutirão e autogestão, com apoio da Igreja Católica – na figura da Comunidade Eclesial de base, sobretudo – e da Fundação Bento Rubião (FBR), está localizada em um terreno totalmente cercado por muros e um portão grande, que costuma permanecer aberto.

A narrativa mítica da construção da cooperativa habitacional Shangri-lá tem início em uma tragédia, um “evento crítico” (Das, 1995). Houve uma enchente que deixou

³ Discurso proferido por Jurema em Shangri-lá, coordenadora nacional da UMP-RJ, em março de 2017, em reunião com representantes de outros movimentos sociais urbanos, moradores de Shangri-lá, pesquisadores e pessoas interessadas em integrar novas cooperativas habitacionais com o apoio da UMP-RJ.

diversas famílias desabrigadas e sem objetos pessoais. Ocorreu então uma mobilização local e a iniciativa de um grupo católico na região, resultando na construção das vinte e nove casas que formam a cooperativa. A proposta do grupo era de implementar uma “transformação social”, melhorando as “condições de vida dos moradores da favela” (Hoppe, 2017). Assim, os “barracos de madeira” deram lugar às casas de alvenaria, que foram construídas pelos próprios moradores. O trabalho de mutirão foi longo e se estendeu por quase uma década, pois as casas foram construídas aos poucos, com os moradores habitando o espaço.

Durante a construção desta cooperativa criou-se a UMP-RJ, associada à UNMP, e Jurema, que era moradora de Shangri-lá, se tornou coordenadora nacional do movimento. A fala de Jurema, citada no início deste capítulo ocorreu durante uma reunião, realizada em Shangri-lá, em 2017, com representantes de diversos grupos que estão vinculados à UMP-RJ. A história de Shangri-lá, mais do que um exemplo bem-sucedido de luta pela moradia se coloca como uma narrativa mítica / heroica, que como tal, é recontada inúmeras vezes. Diversos trabalhos também já registraram e analisaram essa história, com enfoque na transformação do espaço e construção da cooperativa habitacional, tais como Antas (2000), Huguenin (2012) e Jacques (2013).

A cooperativa Shangri-lá, tem, portanto, dois papéis de extrema importância para a análise da trajetória da UMP-RJ. Isso porque significa de fato um ponto de partida: foi durante e após sua construção que o movimento se organizou e se consolidou na cidade. E cabe destacar a relevância do acionamento da memória de Shangri-lá como um exemplo a ser seguido: memória individual, quando a coordenadora nacional Jurema, moradora da cooperativa, entrelaça o relato com sua vida particular, e também memória coletiva, quando confere significado ao poder coletivo do grupo (Bordenave, 2019). Tal memória é acionada principalmente em reuniões com pessoas “de fora”: integrantes de outros movimentos de moradia, representantes de instituições e órgãos públicos com os quais a UMP-RJ precisa negociar, tais como a Caixa Econômica e a Secretaria de Patrimônio da União, e pesquisadores, como foi o meu caso.

Destaco que parto aqui da compreensão segundo a qual a memória não se constitui apenas como a lembrança do passado ou o ato meramente individual de

recordar, mas que através de sua dimensão simbólica dá sentido e configura as práticas de grupos e atores sociais (Eckert; Rocha, 2000). A memória aparece nos relatos sob a perspectiva destacada por Halbwachs (2013): são, quase sempre, fragmentos do passado lembrados em certa medida com o intuito de cristalizar e legitimar os valores do grupo, enfatizando os laços entre os membros do grupo. Assim, ao longo da realização do trabalho de campo, e conforme ocorreu uma aproximação maior com as interlocutoras e interlocutores, ficou mais nítido que a história de Shangri-lá é extremamente importante para os grupos e tem papel fundamental na própria criação e legitimação da UMP-RJ e, conseqüentemente, para o reconhecimento de Jurema como uma liderança importante nesse contexto de luta pela moradia.

Segundo informações publicadas pela FBR e confirmadas por lideranças da União, o dinheiro necessário para a compra do terreno de Shangri-lá foi conseguido em parte através de rifas realizadas pelas famílias envolvidas, mas houve uma doação anônima que correspondia a 80% do total do valor. Apesar de não haver certeza sobre a procedência da doação, algumas pessoas da FBR e da União já mencionaram que a suspeita é de que tenha vindo de um padre da Igreja Católica da região. Já o recurso financeiro necessário para a construção das moradias foi conseguido através de financiamento da FBR, que possuía um sistema chamado de “fundo rotativo”, no qual grupos organizados para construir suas próprias moradias poderiam obter empréstimos. À medida que essas dívidas eram pagas à FBR, novos grupos poderiam receber o empréstimo com a mesma finalidade (Bordenave, 2019).

4 De Shangri-lá a Esperança: uma nova forma de construir cooperativas habitacionais

A construção de Shangri-lá, conforme analisado no item anterior, ocorre sem participação ativa do poder público e com forte atuação da Igreja Católica e de organizações não-governamentais. Durante a década de 1990 não havia uma política habitacional que pudesse envolver a provisão de moradias através de uma atuação dos movimentos populares que já reivindicavam a autogestão na habitação (Lago, 2011). A

partir do ano de 2004 uma nova possibilidade de financiar moradias populares surge através do programa federal “Crédito Solidário”. Embora tenham sido construídos diversos empreendimentos em cidades como Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo a partir de financiamento oriundo desse programa, no Rio de Janeiro não foi registrada nenhuma experiência. Por conta do fracasso do programa Crédito Solidário no Rio de Janeiro, este foi ironicamente apelidado por militantes da UMP e por membros da equipe da FBR de “Crédito Solitário”. O grupo Esperança, por exemplo, chegou a ser inicialmente contemplado, havendo inclusive a assinatura do contrato, no entanto, a enorme demora para o acesso ao financiamento fez com que o grupo optasse por migrar para outro programa em 2009: o Minha Casa Minha Vida (MCMV) Entidades.

O MCMV Entidades surge como grande esperança para os movimentos de moradia, principalmente os que se apoiam na perspectiva de construção de novas unidades habitacionais através de autogestão como solução habitacional. A partir dele passou a ser possível – ainda que de forma residual e com inúmeras dificuldades impostas pela burocracia – que grupos organizados acessassem crédito para construir suas próprias moradias no sistema de “mutirão e autogestão”. O MCMV Entidades também trazia algumas mudanças importantes para os grupos, como por exemplo, o fim da análise de crédito individual. No Crédito Solidário, pessoas que estivessem com dívidas no SPC ou SERASA precisavam ser excluídas, o que gerou desde a sua concepção questionamentos por parte dos movimentos de moradia (Bordenave, 2019).

A partir do Minha Casa Minha Vida Entidades novas cooperativas habitacionais foram construídas no Brasil. No Rio de Janeiro, no entanto, a cooperativa Esperança permaneceu como a única experiência de construção a partir do financiamento do programa. Cabe destacar que MCMV surgiu em 2009 como um programa econômico. Foi concebido pelos ministérios da Casa Civil e Fazenda em diálogo com o setor imobiliário e da construção civil, buscando de forma declarada o “enfrentamento da chamada crise dos suprimentos americanos que recentemente tinha provocado a quebra de bancos e impactado a economia financeira mundial” (Amore; Rufino; Shimbo, 2015). É essa uma das principais críticas que foi feita nos períodos de concepção e implementação: o programa não foi formulado e desenhado como uma política pública de habitação social.

O MCMV surgiu em um contexto de crescente “financeirização” da habitação, em que se dá a desconstrução da noção de habitação como um bem social, associada à sua transformação em mercadoria e ativo financeiro (Rolnik, 2015). A mercantilização da moradia, bem como o uso crescente da habitação como um ativo integrado a um mercado financeiro globalizado, afetou profundamente o exercício do direito à moradia adequada pelo mundo. A ideia de que os mercados seriam capazes de realizar a regulação da alocação da moradia, combinada com o desenvolvimento de produtos financeiros experimentais e “criativos”, ocasionou o abandono de políticas públicas em que a habitação é considerada um bem social, parte dos bens comuns que uma sociedade concorda em compartilhar ou prover para aqueles com menos recursos – ou seja, um meio de distribuição de riqueza (Rolnik, 2015, p. 34). É interessante observar que uma das críticas realizadas por meus interlocutores na pesquisa de campo, principalmente lideranças dos movimentos de moradia, é que o diálogo com “a Caixa” – Caixa Econômica Federal – foi sempre muito complicado.

O MCMV Entidades, apesar de ser uma vertente do MCMV tradicional, que traz a proposta de dialogar com movimentos populares, não dispõe de uma estratégia diferenciada no que diz respeito às regras e diretrizes do programa. Isso impossibilita, por exemplo, o registro das unidades como cooperativas. A única alternativa é a propriedade individual, pois esta não abala os alicerces do capitalismo. A lógica da propriedade individual como única forma de acesso à moradia tem sido alvo de inúmeras críticas por parte de movimentos sociais e pesquisadores. Discussões sobre aluguel social ou propriedade coletiva aparecem à margem no Brasil (Milano, 2013). Mesmo onde a privatização de estoque público não ocorreu de forma drástica, a transferência ideológica da responsabilidade por prover habitação para o mercado foi hegemônica, e o paradigma da “casa própria” transformou-se em modelo praticamente único de política habitacional. Esse processo eclipsou outras formas de posse bem estabelecidas, tais como a habitação para aluguel (pública e privada) e algumas formas de propriedade cooperativa e coletiva (Rolnik, 2015, p. 42).

O MCMV Entidades, embora muito celebrado pelos movimentos de moradia como uma conquista importante, foi bastante residual. Prevaleceu o padrão do MCMV

tradicional, perpetuando um padrão de cidade segregada e precária para os mais pobres – mal servida de transporte, infraestrutura e ofertas de serviços urbanos. Aos movimentos de moradia restam as fronteiras da cidade, em áreas mal servidas de equipamentos sociais e serviços públicos básicos, a começar pelo transporte, serviço que estabelece as distâncias cotidianas na cidade. Em termos locacionais, podemos entender a conquista da moradia digna pelos movimentos sociais como a conquista da periferia (Lago, 2012, p. 87). Todos os interlocutores durante a pesquisa de campo buscaram enfatizar que o “grande trunfo” do MCMV Entidades foi a qualidade das construções: “a autogestão é lenta, mas vai ver quando constrói rapidinho o que acontece”, afirmou uma das moradoras de Esperança durante uma reunião com representantes de outros grupos e movimentos de moradia. Assim, nos debruçaremos sobre a construção da Cooperativa Esperança a fim de refletir, a partir da experiência empírica, sobre essa “nova forma de construir cooperativas”.

5 A construção de Esperança

Composta por setenta unidades habitacionais, Esperança foi inaugurada no ano de 2015. Construída no bairro Colônia – antiga Colônia Juliano Moreira –, em Jacarepaguá, a cooperativa contou com recursos financeiros oriundos do MCMV Entidades, organização da União por Moradia Popular do Rio de Janeiro e assessoria técnica da Fundação Bento Rubião, que foi também a entidade organizadora, ou seja, representou formalmente o grupo diante do poder público para que os recursos fossem recebidos e a construção realizada (Bordenave, 2019).

A construção de uma cooperativa habitacional é permeada por dificuldades. No caso de Esperança, foram *dezesseis anos de muita luta*. A categoria “luta” é extremamente heterogênea, e permeou minhas observações e análises referentes ao campo de pesquisa. A luta diz respeito aos trâmites burocráticos; à luta do trabalho pesado das obras e a dificuldade de trabalhar em “regime de mutirão”; à luta das mulheres que precisam conciliar o cuidado da casa, dos filhos e o mutirão; à luta dos militantes para garantir o “caráter político” da cooperativa. A luta em relação aos

trâmites burocráticos, que muitas vezes causam atrasos na execução das obras, e mesmo impedem as assinaturas dos contratos, é frequente nos grupos organizados para a autogestão habitacional. No caso de Esperança, a dificuldade de diálogo com a Caixa também aparece atrelada a uma não compreensão da dinâmica do movimento social por parte dos atores do Estado (Bordenave, 2019).

Os diversos entraves burocráticos que envolvem negociações e diálogos com as diversas instâncias do poder público se constituem como os capítulos que compõem a “novela da contratação” (Camargo, 2016; Santo Amore; Rizek, 2014). Uma vez assinado o contrato são muitas as exigências e complicações que surgem em relação ao poder público para que de fato a construção da cooperativa habitacional seja iniciada, e posteriormente, concluída. Impasses e burocracias em relação ao cartório, à CEDAE, à Light e à Caixa Econômica, por exemplo, eram muito frequentes e apareciam diversas vezes nos relatos dos interlocutores durante a pesquisa.

Há em jogo uma ilegibilidade (Das, 2004) ordinária que é engendrada por um certo grau de opacidade nos planos e nas práticas governamentais (Birman; Fernandes; Pierobon, 2014). A dificuldade de acessar informações relevantes para o processo de construção da cooperativa e os diversos empecilhos burocráticos que são parte da novela da contratação aparecem nitidamente como um determinado modo de operar das instâncias do Estado com relação às populações pobres e aos movimentos populares. As populações pobres aparecem muitas vezes como sujeitos insuficientemente socializados na lei, insuficientemente civilizados ou racionais, tendo, portanto, suas demandas desconsideradas (Das; Poole, 2008).

As lutas em relação ao Estado, geralmente representados por funcionários da Caixa e outros órgãos, são frequentes. Os representantes dos movimentos sociais envolvidos, na maior parte das vezes, conhecem bem esses caminhos, e constroem diferentes agências e agenciamentos (Fernandes, 2015), ao formular suas reivindicações e demandas. A luta surge diversas vezes, como uma espécie de “narrativa do sacrifício” (Miagusko, 2011). São as idas e vindas, a vontade de desistir, a persistência de continuar participando de reuniões mesmo sem “garantias”, o atraso na execução das obras, o mutirão nos fins de semana, assembleias que terminam de madrugada, a vigília para

tomar conta do terreno. Os relatos são permeados pela ideia de esforço e exaustão – são sempre narrativas de sacrifícios. Para o grupo Esperança, que conseguiu concluir a construção das moradias, o orgulho de não ter desistido parece se tornar emblemático dessa luta bem-sucedida.

O tempo é a matéria de que a “luta” é feita (Vianna, 2015), uma espécie de comprovação da resistência, prova de que houve força para concluir a trajetória de luta e obter a recompensa final, que é neste caso, a moradia. A categoria “luta” adquire na fala de meus interlocutores um sentido “ético, e também épico” (Comerford, 1999), que visa demonstrar uma postura de resistência e enfrentamento diante das dificuldades que encontram no caminho para alcançar o objetivo almejado. Esse objetivo aparece na fala da União e da FBR como um direito que é negado a determinada parte da população, e que, portanto, deve ser alcançado através de “luta”. As dificuldades do mutirão com frequência apareciam nas conversas com minhas interlocutoras do grupo Esperança. Cada núcleo familiar da cooperativa tinha a obrigação de cumprir 17 horas semanais de trabalho. Isso quer dizer que nas famílias em que houvesse várias pessoas aptas a trabalhar no mutirão essa carga horária seria dividida, porém, no caso de famílias com apenas uma pessoa com condições de trabalhar no mutirão, ela teria que cumprir toda a carga horária sozinha. Essa regra parecia sobrecarregar principalmente as “mulheres sozinhas com filhos”, que precisavam se dividir entre o seu trabalho, cuidado da casa e dos filhos, e as 17 horas semanais de trabalho no mutirão.

O trabalho nas obras, no entanto, não era uma novidade na vida da maioria dos interlocutores e interlocutoras. O processo de autoconstrução de moradias, conforme apontam pesquisas na área de Arquitetura e Urbanismo, desde a década de 80, é extremamente comum nas classes populares, e essa construção geralmente se estende ao longo de muitos anos (Maricato, 1982). Maricato (1978) também enfatiza que a lógica do mutirão e de uma “solidariedade forçada” se observa nesse processo de construção de moradias das classes pobres. O processo de “bater a laje”, por exemplo, é um exemplo comum de etapa do processo de construção de moradia em colaboração, na maior parte das vezes contando com apoio de familiares (Feltran, 2010), mas também de vizinhos e amigos.

6 As dificuldades de regularização em Esperança: estratégias e desafios

A cooperativa Esperança permaneceu como a única construída através dos recursos do MCMV Entidades no Rio de Janeiro. Seu caráter de excepcionalidade e virtuosidade lhe rendeu um prêmio de Melhores Práticas de Gestão Local da Caixa Econômica Federal no ano de 2015. Isso reflete a realidade que consolidou o MCMV Entidades e a autogestão na habitação como residual: apenas 4% das construções do MCMV ocorreram através dessa modalidade (Santo Amore; Rizek, 2014).

O grupo Esperança permanece ainda no ano de 2023 em busca de estratégias para sua completa regularização. As dificuldades para lidar com trâmites burocráticos, mencionados anteriormente como a “novela da contratação”, não cessaram após a inauguração da cooperativa: trata-se, conforme dito, de um modo de operar por parte do Estado, que permanece no período pós-construção e se concretiza na vida desses atores por meio da perpetuação de uma ilegitimidade. A negação da regularização das casas e, portanto, a ausência dos títulos de propriedade dos moradores da cooperativa os coloca em uma zona de indeterminação criada pelo próprio Estado (Bordenave, 2022).

Com o objetivo de alcançar essa regularização o grupo Esperança tem dialogado, desde o ano de 2019, com uma Organização Não-Governamental que é representante da proposta do modelo de Termo Territorial Coletivo (TTC) no Brasil – conhecida nos Estados Unidos e em outros países de língua inglesa como Community Land Trust (CLT) (Bordenave, 2022). O TTC é compreendido como uma estratégia na defesa da permanência de “comunidades vulneráveis” (Antão; Ribeiro, 2019) para solucionar questões ligadas à “insegurança da posse”. Dessa forma, o TTC tem sido entendido pela instituição e por parte significativa dos moradores como uma alternativa mais vantajosa do que a mera titulação individual, pois seria um instrumento capaz de fortalecer o grupo, regularizando suas propriedades, mas também oferecendo a segurança da posse.

O TTC, portanto, se implementado em Esperança, poderia significar a regularização das propriedades individuais, e a formalização também de uma propriedade coletiva – visto que a terra na qual está construída a cooperativa seria pertencente a todos. A possibilidade de criação de um TTC em Esperança tem sido encarada por

moradores e lideranças do grupo como uma alternativa para a regularização das moradias, embora a formalização de uma terra coletiva e de propriedade de uma pessoa jurídica (TTC) seja também questionada e geradora de tensões.

7 Considerações finais

As dificuldades para os movimentos populares de luta por moradia no Brasil criarem cooperativas habitacionais, em um contexto de financeirização da moradia e contrarreforma (Rolnik, 2015; Behring, 2008), passam pela dimensão da informalidade: sem respaldo jurídico para tal, a ideia de cooperativismo apesar de permear as práticas desses movimentos e o posicionamento político, não resulta na criação de cooperativas habitacionais do ponto de vista formal. Isso ocorre também por uma falta de discussão em torno da lógica da propriedade coletiva, permanecendo a perspectiva de propriedade privada como centro da questão. Assim, compreende-se que a política habitacional brasileira, atrelada ao mercado e construída para atender às suas necessidades, não tem permitido grandes tensionamentos da lógica do capital. Ou seja, se afasta do modelo de cooperativismo uruguaio que, como foi mencionado, inspirou movimentos populares brasileiros, sobretudo o que foi estudado na pesquisa apresentada neste artigo.

O MCMV Entidades, que surgiu a partir de demanda dos movimentos populares, e dessa forma, trazia a expectativa de questionamento da lógica que privilegia as empreiteiras em detrimento dos interesses da população, representou uma parcela ínfima das construções: aproximadamente 4%. A excepcionalidade de Esperança evidencia essa realidade, e coloca em xeque a possibilidade de tensionamento da ordem do capital a partir do programa federal naquele momento.

As dificuldades enfrentadas por Esperança para sua regularização, mesmo tendo sido construída em um terreno cedido pela União, e contado com financiamento do poder público, evidencia a ilegibilidade e opacidade do Estado em relação às classes populares. Apesar de toda a regularidade do processo os moradores permanecem precisando buscar coletivamente estratégias que lhes permita serem reconhecidos como os proprietários legítimos de suas unidades habitacionais. Cabe lembrar que tais casas

foram construídas em regime de mutirão e autogestão, contando com todo o aparato do poder público e fiscalização da Caixa Econômica Federal, como agente do Estado nesse processo. Fica evidente, dessa forma, a linha tênue entre formal/informal nas práticas de Estado, considerando que historicamente o Estado, no Brasil, tem sido importante ator na produção da informalidade urbana – no caso de Esperança não foi diferente.

O movimento de luta por moradia enfrentou ainda mais dificuldades após o impeachment de Dilma Rousseff em 2016: esse foi um marcador no que se refere à impossibilidade de diálogo do movimento com o poder público. Esperança foi inaugurada um ano antes, e a percepção das lideranças dos movimentos é de que o golpe em 2016 significou uma barreira para que a regularização da cooperativa avançasse, ainda que tenham sido premiados pela Caixa Econômica Federal, em um reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Por fim, a partir dos casos apresentados – Shangri-lá e Esperança –, é possível refletir a partir da excepcionalidade das duas experiências. No primeiro, sem participação do poder público, e a partir de uma perspectiva filantrópica, uma vez que conta com recursos financeiros oriundos da Igreja, é compreensível que se configure como uma experiência isolada – embora tenha resultado na organização do movimento de moradia no Rio de Janeiro. No segundo, a excepcionalidade revela o quão residual e focalizada é a política habitacional em questão. Apesar do êxito, como experiência única e isolada na cidade, Esperança permanece nos mostrando a necessidade de construção de estratégias que permitam políticas públicas que sejam desenhadas a partir e para atender as necessidades da população.

Referências

ANTÃO, Renata Cristina do Nascimento; RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. Os community land trusts como instrumento de resistência aos projetos urbanos neoliberais. **Revista do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, São Paulo, v. 26, n. 49, p. 1-16, 2019.

ANTAS, Edenilse da Silva. **O caráter educativo dos processos de participação nas organizações econômicas populares: a experiência da Shangri-lá**. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

BEHRING, Elaine Rossetti. **Contra-reforma:** desestruturação do Estado e perda de direitos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BELLAH, Robert *et al.* **Habitsofheart:** individualismo andcommitment in American life. Berkeley: University of California Press, 1985.

BIRMAN, Patricia; FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 431-460, dez. 2014.

BORDENAVE, Geisa. **Histórias em três tempos:** lutas por moradia em um contexto político-religioso na Zona Oeste do Rio de Janeiro. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BORDENAVE, Geisa. Autogestão da habitação e propriedade coletiva da terra: a experiência de uma cooperativa habitacional em Jacarepaguá-RJ. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano 25, n. 53, p. 233-254, maio/ago. 2022.

COMERFORD, John Cunha. **Fazendo a luta:** sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política, 1999. (Coleção Antropologia da política; 5).

DAS, Veena. **Critical events:** an anthropological perspective on contemporary India. Oxford: Oxford University Press, 1995.

DAS, Veena. The signature of the State. The paradox of illegibility. *In:* DAS, Veena; POOLE, Deborah (eds.). **Anthropology in the margins of the State.** New Mexico: School of American Research Press, 2004. p. 225-252.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. **Etnografías comparadas. Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires, n. 27, 2008, p. 19-52, 2008.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Os jogos da memória. **Ilha**, Florianópolis, n. 1, p. 71-84, dez. 2000.

FELTRAN, Gabriel. Periferias, direito e diferença: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo: USP, v. 53, n. 2, p. 565-610, 2010.

FERNANDES, Adriana. Dois agenciamentos e uma ocupação. *In:* Birman, Patrícia; Leite, Márcia P.; Machado, Carly; Sá Carneiro, Sandra. **Dispositivos urbanos e trama dos viventes:** ordens e resistências. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV: FAPERJ, 2015. p. 271- 302.

Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

GHILARDI, Flavio. Cinco décadas de cooperativismo de moradia no Uruguai. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, ano 8, n. 30, p. 15-24, set. 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo. Martins Fontes, 2014.

LAGO, Luciana. Autogestão na superação da periferia urbana: conflitos e avanços. **Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, ano 02, n. 05, p. 6-12, jun. 2011.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Marcia. Novas relações entre Identidade Religiosa e Participação Política no Rio de Janeiro hoje: o caso do Movimento Popular de Favelas. In: BIRMAN, Patricia (org.). **Religião e espaço público**. São Paulo: Attar Editorial, 2003. (Coleção de Antropologia: Movimentos religiosos no mundo contemporâneo).

MARICATO, Erminia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Erminia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1982.

MIAGUSKO, Edson. Mutirão autogestionário e o contexto da experiência democrática revisitado. **Cad. CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 167-181, jan./abr. 2011.

MILANO, Joana Zattoni. Aluguel social no Brasil: algumas reflexões sobre a ideologia da casa própria. **Anais do XV Enampur**, [s.l.], v. 15, n. 1, 2013. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/410>. Acesso em: 18 ago. 2023.

PERAZZA, Nelson. **Cooperativismo en el Uruguay**. Montevidéo: División Publicaciones de la Biblioteca del Poder Legislativo, 1978.

RIZEK, Cibele; BERGAMIM, Marta de A.; BARROS, Joana. A política de produção habitacional por mutirões autogestionários: construindo algumas questões. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 31-46, 2003.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

SANTO AMORE, Caio. **Lupa e telescópio: o mutirão em foco: São Paulo, anos 90 e atualidade**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da cidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

Cooperativismo habitacional e luta por moradia no Rio de Janeiro: duas experiências autogestionárias em Jacarepaguá

Geisa Elmokdisi Pedrosa Bordenave

SANTO AMORE, Caio; RIZEK, Cibele. A inserção urbana através da produção do MCMV-Entidades no Estado de São Paulo: abordagem etnográfica de casos selecionados. São Paulo. **Anais III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo, 2014. p. 1-22.

TRINDADE, Thiago Aparecido. Direitos e cidadania: reflexões sobre o direito à cidade. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012.

VIANNA, Adriana. Tempos, dores e corpos: considerações sobre a ‘espera’ entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra (orgs.). **Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 405-418.

Fontes de Fomento

A pesquisa de doutorado que deu origem ao presente artigo contou com financiamento da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Recebido em: 08/03/2023

Aprovado em: 03/08/2023

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Centro de Ciências Humanas e da Educação - FAED
PerCursos

Volume 24 - Ano 2023
revistapercursos.faed@udesc.br